



## **Ata 12/2020**

Em vinte e três de setembro de dois mil e vinte, reuniram-se em plataforma virtual do Google Meet, conselheiras e conselheiros do Comdedica, para tratar de pauta solicitada na plenária de dois de setembro pp, relativo ao Acolhimentos de crianças e adolescentes no município, desacolhimentos e visitas. Participam da plenária o Juiz da Infância, Dr. Guilherme Amorim e a promotora Dra Mara Job. Pela ausência da presidente Márcia Martins, a vice presidente, Leticia Muniz faz a abertura da plenária, passando a palavra para a contextualização da presente plenária, que foi feito por mim, secretária do conselho. Foi colocado então ao Dr. Guilherme a necessidade exposta na ultima plenária, de que as crianças em acolhimento tivessem acesso à visita de familiares, pois tivemos relato de grande sofrimento das crianças e adolescentes onde só as chamadas de vídeo não estavam preenchendo a saudade, e sobre a possibilidade de que algumas crianças acolhidas pudessem ficar na família de origem ou extensa, nesse período de isolamento. Dr. Guilherme relata que não tem conhecimento de proibição de visita aos acolhimentos, pelos familiares dos acolhidos. Dra Mara intervém e relata de que algumas famílias, isso caso a caso, são proibidas de visitas, não por causa da pandemia, mas no processo todo do acolhimento. Também relata que vários adolescentes já ultrapassaram a idade de 18 anos e ainda estão nos abrigos, o que ocuparia vaga de outros. Fabi Luz, SDS-Proteção Especial, tem conhecimento desse fato e sabe da necessidade de que o município tenha uma República para alojar os jovens, mas não se tem recursos para isso. Dr. Guilherme tem relato de municípios que pagam o aluguel social para contornar esse problema, o que poderia sair menos oneroso. Loreto Illanes, SDS, traz um gráfico com as informações de vagas e total efetivo de abrigados, assim como outras questões. Demonstra que no período do isolamento, houveram seis casos de acolhimento, diante de 32 casos de Janeiro a Agosto. O número de “devoluções” de crianças adotadas foram 5 e desligados 25. Atualmente o número total de crianças e adolescentes nas instituições é de 86, sendo que não há vagas para adolescentes das 101 ofertadas no município. Dr. Guilherme propõem que as instituições falem sobre as visitas: Apramor está realizando somente vídeo chamadas. Casa Aberta havia entendido que as visitas, de modo geral, estavam suspensas e ficam apreensivos em liberar diante da possibilidade de contágio, visto que já contam com quadro reduzido de funcionários. Casa de Acolhimento também está fazendo as vídeo chamadas, entendendo que as visitas são risco para todos. Clara e Francisco relata que as chamadas em vídeos não dão conta mais de atender a saudade que as crianças estão sentindo. Propõem que os encontros sejam em local diferente, com todas as medidas de higiene e proteção. Dra Mara fala na Casa Joana D’Angelis que acredita que alguns adolescentes não estão se submetendo ao isolamento, colocando em constante risco os demais, bem como não cumprindo o propósito de ficarem apenas o tempo previsto de isolamento e voltando aos acolhimentos. Fabio Bernardo, AMMEP, fala sobre o Monte Alverne que acolhe crianças adolescentes e adultos positivos para Covid 19, que das 30 pessoas que já passaram por lá, apenas 3 eram adolescentes e foram conduzidos aos acolhimentos. Dra Mara relata que os bebês já estão sendo encaminhados aos abrigos diretamente, não passando pela quarentena na Casa Joana D’Angelis, reduzindo o risco

de possível contágio. Rafaella, secretária da Saúde, fala da publicação feita no final de abril ou início de Maio, sobre transferências intramunicipais de crianças, adolescentes e idosos. Que as transferências entre instituições se façam com isolamento de 7 dias. Para o teste é ideal que se faça no décimo dia. Dra Mara respeita possibilidades de cada acolhimento e que a instituição Isaura Maia-Clara e Francisco amarre bem essa questão das visitas. Para o caso da Casa Joana D'Angelis, deve-se ter condições apropriadas de receber os bebês e fazer protocolos para todas as condições. Pede uma reflexão sobre o maior número de evasões serem dessa entidade e que também na Clara e Francisco houve o maior número de permissões que crianças passassem a quarentena com seus padrinhos, tendo sido feitas análises caso a caso. Fabi Luz relata que não tinham conhecimento deste fato, nem das crianças desligadas. Dra Mara orienta que seja feito e-mail ao juizado para que se comunique à SDS, Proteção Especial, as decisões de desligamento e outras. Também relata que as “devoluções” não são adoções conduzidas pelo JIJ, mas encaminhados via acolhimentos. Que o JIJ, além do sistema de habilitação ainda faz avaliação psicológica dos casais. Considera que o Conanda orienta a flexibilizar as visitas mas há que se levar em conta a colocação em risco do funcionamento da instituição. Onde há vedações, continuará, as demais serão avaliadas pelo juiz. Outra coisa a se levar em conta é se os familiares estão cumprindo os cuidados /isolamento e se é seguro que visitem as crianças. Até o momento não tivemos internações sérias, apenas uma no início, e nem um óbito, o que significa que as decisões foram corretas e adequadas, e caminhamos para um final das medidas restritivas. Fabi Luz aproveita a plenária para solicitar a volta das reuniões dos acolhimentos, reforçado pela Conselheira Tutelar Dione, que coloca as questões como a construção do FIA, o desacolhimento responsável, desligamentos, etc. Dione fala que se deve ter uma Rede ativa para pensar nos adolescentes que alcançam a maioridade e ficam sem assistência. Dra Mara fala na suspensão dos prazos consensuais por conta da pandemia e amanhã está fechando os prazos de preclusão, onde será possível encaminhar seis ou sete crianças em vias de desacolhimento. Loreto agradece a participação de todos nessa importante discussão, e relata a importância de se ter olhar na Proteção Básica na prevenção dos acolhimentos. Fabiane Asquidamine, Proame, propõem que seja feita reflexão sobre essa plenária no nosso próximo encontro. Vários pontos discutidos estarão no Plano decenal, com objetivos e ações. Também as questões de Saúde mental trazidas, de crianças e adolescentes acolhidos e na comunidade, nesse período de pandemia, com tentativas de suicídio. É consenso continuar o debate sobre os acolhimentos em plenárias futuras e muito importante a participação do Dr. Guilherme e da Dra Mara. Agradecendo a todos a participação, deu-se por encerrada a plenária, da qual para constar, eu Rejane Bottega Victoria, lavrei a presente ata.